

PROJETO DE LEI Nº 10/2023

Altera o art. 3º da Lei nº 725, de 14 de novembro de 1997, que “regulamenta o reconhecimento de utilidade pública e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARINOS, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 85, inciso IV, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Arinos decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º O inciso I do art. 3º da Lei nº 725, de 14 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

I – ter, no mínimo, um ano de comprovada atuação em favor da coletividade;

.....” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de fevereiro de 2023.

Vereador VALDO TORA

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo reduzir de 2 (dois) para 1 (um) ano o tempo mínimo de comprovada atuação em favor da coletividade para que a associação possa obter o reconhecimento de utilidade pública.

O tempo mínimo de 2 (dois) anos tem sido um obstáculo para que muitas associações devidamente constituídas e em pleno funcionamento possam obter esse reconhecimento. Com isso, muitas delas ficam impedidas de receber recursos públicos.

Portanto, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei que é tão relevante para o desenvolvimento das associações em nosso Município.